ÉVORA S.A.

CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

évora holding company

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

4. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement).

a. Base de consolidação e investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto

(i) Controladas e empreendimento controlado em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos/ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(v) Operações no exterior

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

(vi) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20.

A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20.

Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado.

Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.2. Instrumentos financeiros derivativos

Certas controladas da Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado.

b.3. Capital Social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito ao dividendo na mesma proporção daqueles pagos às ações ordinárias.

Debêntures

As debêntures emitidas são conversíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e preferenciais e a opção de liquidar ou convertê-las está sob controle da Companhia, portanto, atendem os pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais.

Os juros das debêntures são contabilizados em despesas financeiras na demonstração do resultado, sendo pagos pelos respectivos valores até a data de conversão.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de *impairment*.

Um ativo financeiro possui "problemas de *impairment*" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de *impairment* inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

ii. *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia e suas controladas incluíram os ativos em andamento, composto substancialmente por ampliação das linhas de produção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

i. Benefícios concedidos a empregados

Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

j. Receita operacional

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

• O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
• É provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado financeiro.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos e debêntures. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos.

l. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado.

As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído considerando a diluição pela conversão das debêntures, tanto para o cálculo básico como para o resultado diluído. As ações preferenciais e ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	37	30	286.666	199.226
Aplicações financeiras	271.382	218.356	420.115	480.702
	271.419	218.386	706.781	679.928

No consolidado o montante em caixa e bancos contém os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar norte-americano e Euro, convertidas para reais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas possuem liquidez imediata, com baixo risco de variação e, no Brasil, referem-se preponderantemente a aplicações locais em fundos de investimentos cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI e, no exterior, aplicação principalmente em Dólar norte-americano e Euro com taxa média de 3,54% ao ano.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 20.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Clientes no Brasil	524.614	357.999
Clientes no exterior	1.318.884	980.308
	1.843.498	1.338.307
Provisão para perdas estimadas em contas a receber	(29.805)	(27.465)
	1.813.693	1.310.842

Movimentação da provisão para perdas estimadas:

					Consolidado
	31/12/23	Adições	Reversões	Variação cambial	31/12/24
Vencidos entre 31 e 180 dias	(7.120)	–	7.120	–	–
Vencidos há mais de 180 dias	(20.345)	(25.713)	21.619	(5.366)	(29.805)
Total	(27.465)	(25.713)	28.739	(5.366)	(29.805)

A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Produtos acabados	336.722	230.734
Produtos em elaboração	38.758	7.931
Matérias-primas	414.943	287.646
Almoxarifados de manutenção	128.849	97.102
Outros	18.822	15.484
Provisão para perdas	(25.691)	(16.902)
	912.404	621.995

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

8. Imposto de renda e contribuição social

Controladas no exterior

As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México e Argentina, 29,5% no Peru, 30,88% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 20,6% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria e 22% na Índia, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.

Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realiza a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento.

(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

					Consolidado
	31/12/23	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	31/12/24
Ativo:					
Variação cambial	2.768	91.896	–	–	94.664
Outras diferenças temporárias	55.743	56.521	12.015	(196)	124.083
Prejuízo fiscal e base negativa	17.568	37.166	9.986	(9.464)	55.256
	76.079	185.583	22.001	(9.660)	274.003
Passivo:					
Variação cambial	(43.280)	(3.207)	(420)	21.673	(25.234)
Ativos identificados na aquisição de controladas	(105.440)	(6.879)	(28.228)	8.605	(131.942)
Depreciação	(2.267)	(16.437)	(5.711)	–	(24.415)
Outras diferenças temporárias	(10.334)	–	(39)	84	(10.289)
	(161.321)	(26.523)	(34.398)	30.362	(191.880)
Impostos diferidos líquidos	(85.242)				82.123
Ativo	83.422				203.609
Passivo	(168.664)				(121.486)
	(85.242)				82.123

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R$ 185.832 (R$ 66.138 em 31/12/23) de base de prejuízos fiscais de imposto de renda e R$ 77.559 (R$ 75.917 em 31/12/23) de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que potencialmente serão compensados com lucros tributários futuros e reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12).

(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	401.370	366.491	251.565	342.969
Incentivos fiscais ICMS	–	–	–	(45.660)
Base de cálculo	401.370	366.491	251.565	297.309
Alíquotas fiscais aplicáveis	(136.466)	(124.607)	(95.005)	(125.416)
Equivalência patrimonial	148.388	143.981	198.250	185.384
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente	(560)	(11.192)	1.167	(9.763)
Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior	–	–	2.875	(11.846)
Juros sobre capital próprio	–	(15.079)	–	–
Outras adições e exclusões, líquidas	(13.737)	6.766	32.706	(25.376)
	134.091	124.476	234.998	138.399
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.375)	(131)	139.992	12.983
Corrente	–	(131)	(39.770)	(18.409)
Diferido	(2.375)	–	179.762	31.392

(d) Imposto mínimo complementar global - Pilar Dois

O Grupo determinou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. O Grupo aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.

O Grupo está sujeito ao imposto global mínimo complementar sob a legislação tributária do Pilar Dois. O imposto complementar está relacionado às operações do Grupo em geografias onde atua, onde a taxa de imposto estatutária é de 9%, como na Hungria, e na Tailandia, onde a subsidiária FitesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de investimento que reduzem sua taxa de imposto efetiva para menos de 15%. Em 2024 estas empresas não geraram imposto complementar.

Para o ano de 2025 o grupo não espera grandes impactos decorrentes da aplicação do Pilar Dois.

9. Partes relacionadas

A controladora da Companhia é a Terramar Investimentos S.A. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características.

				Controladora
Empresas	Dividendos a receber	Créditos de longo prazo	Dividendos a pagar	Receitas
America Ind. e Com. Embalagens S.A.	–	3.751	–	4.549
America Tampas Argentina S.A.	–	503	–	–
Fitesa US LLC	–	1.535	–	2.207
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	30.029	–	–	–
Fitesa Nãotecidos S.A.	–	53.430	–	53.966
Fitesa Sweden A.B.	–	8.844	–	9.072
Fitesa Nonwovens Mexico S.A. de CV	–	360	–	442
Terramar Investimentos S.A.	–	–	22.029	–
31/12/24	30.029	68.423	22.029	70.236
31/12/23	72.817	26.956	–	35.334

O saldo de dividendos a receber refere-se à distribuição de resultados declarados e ainda não pagos para a Companhia.

Os créditos de longo prazo referem-se a avais concedidos pela Companhia para as controladas quando da captação de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro.

As operações que afetam a demonstração do resultado nas rubricas de receitas da Companhia referem-se a cobrança e pagamento de aval e contrato de uso de marcas pela controlada Fitesa Nãotecidos nas diversas geografias onde atua.

Os montantes das transações comerciais